

## **Edição Especial**

# **CONSERVADORISMOS: PÓLITICAS E EDUCAÇÃO**

*José Antonio Sepulveda  
Denize Seulveda*

Atualmente vivemos um tempo em que as injustiças sociais são incapazes de gerar a indignação moral e a vontade política para combatê-las. Convivemos em um momento em que não se quer uma sociedade mais justa e mais digna, em que o ódio e a violência são disseminados e são eles que movem a vontade política para criar uma sociedade injusta e indigna.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2013), a gramática dos Direitos Humanos e da dignidade humana nunca foi tão atacada. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos, o próprio discurso sobre esses vem sendo violentado.

Os Direitos Humanos estão baseados na linguagem da dignidade humana, portanto os grupos sociais oprimidos precisam deles para garantir sua sobrevivência e diminuir seu sofrimento.

Todavia, atualmente vemos aumentar na sociedade brasileira e em outras partes do mundo o neocolonialismo, o racismo, a misoginia, a xenofobia a lgbtfobia e tantos outros discursos preconceituosos e práticas discriminatórias.

Estamos vivendo “tempos conservadores”. Expressão usada por Cueva (1980) para analisar o último quartel do século XX, que pegamos emprestado para ponderar o enrijecimento dos discursos conservadores no Brasil a partir da segunda década do século XXI. Nestes tempos alguns grupos sociais são vítimas do ódio e do preconceito. No Brasil desde o processo pré-eleitoral que culminou com a eleição de Dilma Rousseff, para seu segundo mandato à presidência da República, percebemos que uma parte da sociedade brasileira rumou para a direita, no qual “o pensamento conservador ganhou um fôlego aparentemente assombroso.” (NETTO, 2011, p. 16).

Entendemos o conservadorismo como uma visão social de mundo (LOWY, 2000) cujo discurso se baseia no estilo de pensamento que Mannhein (1959) chama de conservador e que tem como um dos seus pilares a tradição. Sendo assim, o discurso conservador se fundamenta no tradicionalismo inventado, conforme perspectiva desenvolvida por Hobsbawn (1997), para construir uma agenda política que se baseia na desigualdade social. Com efeito, o conservadorismo é a face autoritária do senso comum que alimenta o fascismo, a xenofobia, o machismo, o racismo, a LGBTfobia e, principalmente, o ódio aos pobres e indefesos. O conservadorismo se alimenta das crises políticas, econômicas, apontando para o “bandido”, o qual identifica como a ‘esquerda’, normalmente chamada de comunista, revolucionária, progressista, baderneira, entre outros adjetivos. (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2018, p. 50).

Foi exatamente devido à crise política que vivemos no Brasil, desde o final do primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff, que assistimos ao crescimento dos pensamentos conservadores, o que se intensificou durante a pré-campanha presidencial deste ano de 2018.

O candidato que ganhou o pleito eleitoral alimentou um discurso contra as conquistas sociais feitas por grupos minoritários que ocorreram nas primeiras décadas do século XX, principalmente aquelas que se referem a direitos sexuais e reprodutivos, colocando as questões de gêneros e sexualidades no centro do foco dos conservadores. Outro elemento importante presente no discurso do candidato vitorioso, diz respeito às defesas dos interesses das religiões neopentecostais que resultaram em um forte fundamentalismo.

É importante sinalizar que no Brasil, a ascensão das religiões cristãs pentecostais e neopentecostais criaram um novo concerto de forças que elegeram como inimigos as religiões de matriz africana e a secularização da sociedade, principalmente naquilo que se referem aos temas em disputa, os já mencionados direitos sexuais e reprodutivos.

Vale destacar que o estilo de pensamento conservador se manifesta através de discursos, efetivamente a partir de regimes de verdade (FOUCAULT, 2006). Dessa forma, um dos elementos fundamentais para os conservadores é a interdição (FOUCAULT, 1996) dos argumentos que fortalecem os direitos sociais e humanos. Na

realidade, como já desenvolvemos em trabalhos anteriores<sup>1</sup>, o ponto central dos conservadorismos, ou seja, aquilo que nos faz identificar os pensamentos conservadores é a naturalização das desigualdades sociais, em especial a desigualdade de classes. Os raciocínios conservadores funcionam a partir da manipulação utilitarista do conceito de diferença social, pois entendem que se todos<sup>2</sup> somos diferentes nada mais justo que a sociedade seja desigual. Dessa forma, a luta dos conservadores é naturalizar todas as desigualdades existentes na sociedade e interditar todos os discursos e práticas que defendem a luta pela igualdade e a superação da sociedade de classes. Por isso, os grandes inimigos dos conservadorismos contemporâneos são os movimentos sociais que lutam por direitos.

A política institucional brasileira vem cada vez mais aderindo às pautas conservadoras a partir de perspectivas moralizantes e normativas. O desenvolvimento de movimentos políticos conservadores, como o “Escola Sem Partido” (ESP), que tentam impedir que as discussões de gêneros se façam nas escolas sob alegação de que essas estão destruindo a tradicional família brasileira, assim como os professorxs estariam doutrinando os alunxs nas instituições educacionais ensinando-os a serem esquerdistas, evidenciam exemplos de tais pautas.

A introdução do ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reforma do Ensino Médio, a diminuição do investimento do Estado em questões sociais, em especial na educação, atingindo políticas afirmativas, também são exemplos de como os conservadorismos estão presentes nas atuais políticas educacionais brasileiras.

Nós defensores de uma agenda transformadora precisamos nos basear mais do que nunca na gramática dos Direitos Humanos para que nenhum direito seja perdido. Assim, a luta só aumenta, principalmente em tempos conservadores. Dessa forma, entendemos que os dez textos presentes neste Dossiê se convertem em lutas,

---

<sup>1</sup> Ver Sepulveda & Sepulveda. *Conservadorismo e educação escolar: um exemplo de exclusão*, Revista Movimento, 2016. Ver Sepulveda & Sepulveda. *O Pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade*. Revista Teias, 2016.

<sup>2</sup> O uso do “X” nas palavras, do ponto de vista linguístico e gramatical, é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre homens e mulheres. A língua portuguesa determina que o plural dos substantivos deva usar o gênero no masculino. Essa generalização do plural é considerada sexista e machista por certos grupos e indivíduos, resultando assim em propostas por um gênero plural não sexista a ser adotado em Português. O uso do “X” é uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática.

resistências e na defesa desses direitos, sejam eles de caráter educacionais, sociais ou políticos.

O primeiro texto “As interfaces entre a Escola Sem Partido e a concepção empresarial de escola”, de autoria Regis Argüelles da Costa, analisa o crescimento da popularidade do Movimento Escola sem Partido (MESP) no campo educacional brasileiro, a partir da investigação de possíveis congruências entre a sua agenda e a concepção empresarial de escola. Ele parte do princípio de que a inserção dependente e associada do Brasil no capitalismo mundial é determinante para o contínuo prestígio que os ideais conservadores mantêm em nossa formação social, e que esses ideais se expressam comumente em questões educacionais. As resistências recentes ao projeto empresarial para a educação e a escola são entendidas enquanto fatores que fornecem fôlego à perseguição política de professores e alunos, estimuladas pelo MESP. Conclui que existem diversas interfaces entre os discursos do MESP e dos reformadores empresariais da educação, que podem pavimentar uma aliança cada vez mais orgânica entre os dois.

No artigo “Furando “a grande onda”? Tensões e sentidos de docência e currículos frente ao conservadorismo”, Alexandra Garcia e Tânia da Costa Gouvêa discutem o contexto em que o conservadorismo ressoa como pauta de ações políticas e sociais, tornando as práticas docentes alvos de questionamentos e ataques. O texto tem por objetivo problematizar a progressiva desautorização da autonomia e do saber profissional docente na produção de currículos, disseminada pela onda conservadora. As autoras relacionam o contexto econômico, político e cultural contemporâneo com a emergência do fascismo social, apontando seus efeitos em tentativas de descredibilização da docência. Elas entendem, frente ao avanço do conservadorismo sobre a educação, que as escolas são espaços de produção de conhecimentos, sentidos e valores que tensionam a hegemonia, valorizando a produção de práticas formativas e curriculares mais solidárias e democráticas como formas de resistências.

Fernanda Pereira de Moura, no terceiro texto “Conservadorismo cristão e perseguição aos estudos de gênero: a quarta versão da BNCC”, aborda a atuação de grupos conservadores para a retirada das menções a gênero da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Fundamental. Enfatiza que o lançamento da quarta versão da

BNCC que surpreendeu a todos se deveu às pressões dos cristãos conservadores, organizados no grupo “Professores Contra a Ideologia de Gênero”, que agiram através de *Advocacy*, realizando audiências públicas e produzindo documentos contrários a BNCC anterior.

EM “Reforma do Ensino Médio - Lei Nº 13.415/2017: Mudar é conservar”, as autoras Amanda Melchiotti Gonçalves e Eliana Claudia Navarro Koepsel ponderam a reforma do Ensino Médio, definida pela Lei nº 13.415/2017. Elas buscam compreender as mudanças estabelecidas desde o Parecer nº 95 da Comissão Mista, sobre a Medida Provisória nº 746/2016, e posteriormente, definidas pela Lei 13.415/2017. Partem do pressuposto de que as mudanças estabelecidas tendem, de acordo com Cunha (2017), a expansão mercadológica de uma educação flexível voltada a atender às demandas para o Ensino Superior privado. Neste trabalho retomam os preceitos para o ensino secundário expostos no documento internacional Educação um Tesouro a Descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, de forte influência nas reformas educacionais dadas a partir dos anos 1990. Concluem que, a reforma do Ensino Médio intensifica uma formação desigual.

O quinto texto intitulado “Jovens negros/as de escolas públicas gonçalenses e suas compreensões sobre a realidade racista”, de Regina de Fatima de Jesus, Maxuel Gomes de Souza Silva, Luiza Macedo Alves e Mishelle Ninho de Almeida, traz ao diálogo as narrativas de alunos/as de escolas públicas gonçalenses, dos ensinos fundamental e médio, que participaram de oficinas pedagógicas realizadas pela pesquisa “Compartilhando Experiências Pedagógicas – a Investigação-formação como possibilidade para a implementação da lei federal 10.639/03 em escolas públicas gonçalenses”, entre os anos 2016 e 2017. Tais narrativas revelam o quanto os/as jovens negros/as compreendem o lugar social que ocupam e a realidade racista da sociedade brasileira, explicitada em suas realidades de vida e em seus processos de escolarização.

Entrelaçando narrativas de jovens estudantes negros/as, o referido texto dialoga com alguns autores que ajudam a compreender a realidade racista, bem como a busca por sua superação, uma vez que ela impede a superação do “cativeiro social” contemporâneo.

Na sequência do Dossiê, Amanda André de Mendonça no artigo “Projetos para

educação brasileira: da retórica conservadora ao pânico moral” explicita o conflito entre os favoráveis à existência da temática de gênero na escola e os agentes e instituições contrários, evidencia também um repertório de argumentos utilizados por ambas as partes. Enfatiza que o poderio de argumentação foi fundamental para a sustentação das posições defendidas, bem como para que estas reverberassem em outros campos e segmentos sociais, ampliando assim o apoio e a adesão de novos agentes à disputa em curso. Em seguida, expõe sobre o que considera ser as repercussões ou os impactos das ações da coalizão conservadora formada, de sua retórica e dos medos sociais desenvolvidos. Nesse sentido, faz uma breve análise de projetos recentes que são permeados pela retórica conservadora e fortalecidos pelo contexto de pânico moral: o Movimento Escola Sem Partido, a retirada de gênero dos planos municipais e estaduais de educação e da Base Nacional Comum Curricular.

Maria Carolina Pires de Andrade e Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borba, em “O golpe, a BNCC e os conservadorismos: pensando o ensino religioso na educação brasileira” contribuem para a compreensão das disputas que permearam a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que concerne à inserção da disciplina Ensino Religioso (ER). Para tal, buscam na história recente da educação brasileira os momentos nos quais, oficialmente ou não, os conteúdos voltados a uma educação religiosa que mais tangenciaram os currículos escolares. Dissertam também sobre as correlações de forças travadas nos cenários sócio-históricos em que o ER ocupou maior espaço na pauta educacional, analisam que comumente essas conexões são deslocadas em direção ao conservadorismo e que o contexto vigente não é uma exceção. O texto enfatiza que a introdução do ER na BNCC tem imbricações com a conjuntura atual e representa um retrocesso no que tange à concretização de uma educação pública laica e democrática.

No artigo “Regime de colaboração: interdição de gênero e sexualidade e o PME de São Gonçalo” (2015-2024), Maíra Marins da Silva destaca que os Planos de Educação têm por objetivo traçar as metas e objetivos a serem cumpridos em dez anos para a melhoria da oferta e qualidade da educação nacional, intencionando garantir as mesmas oportunidades de acesso, experiência e permanência para todas as crianças, jovens e adultos no país. Realça também que paradoxalmente, essas mesmas políticas

que em tese deveriam combater qualquer forma de violência, preconceito e discriminação, quanto às questões de gênero e sexualidade, se tornaram omissas e perigosas, visto a supressão de qualquer termo relacionado a esses temas do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Nesse sentido, o objetivo da autora é problematizar os desdobramentos desse retrocesso no Plano Municipal de Educação de São Gonçalo (2015-2024), analisando como a concepção de regime de colaboração tem sido praticada e como tem contribuído para a interdição e silenciamento das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, contribuindo para manutenção de práticas discriminatórias contra as mulheres e a população LGBTQI+ no Brasil, quando, ao contrário, poderiam se tornar marcos propulsores de avanços em direção a uma sociedade mais democrática.

No nono texto cognominado “A oposição conservadora ao movimento punk no Brasil”, de autoria de Hélio Jorge Amaral Ribera, temos contato com a história do movimento punk no Brasil. Segundo o autor trata-se do primeiro movimento cultural legítimo advindo de anseios sociais da juventude que promoveu mudanças de comportamento significativas, trazendo forte conteúdo político. Originou-se do movimento punk inglês, sendo adotado aqui entre o final da década de 1970 e início da de 1980, por garotos de classes sociais mais carentes. Por esse motivo, enfrentou oposição de setores conservadores, principalmente da grande mídia. Por ter invadido meios de produção antes monopolizados por grandes corporações, como a indústria fonográfica, e ter criado sua própria rede de informações através dos fanzines, o movimento punk no Brasil foi monitorado em seus eventos e shows. Alvo de matérias em TV e revistas que buscavam atingir seu caráter, os jovens punks sofreram consequências que se estenderam até seus empregos.

Finalizando este dossiê os autores Éldo Santiago da Silva e Gilmar Pereira da Silva, no artigo “Entre o ajustamento e desajustamento: o sofrimento psíquico da reprodução do capital”, avaliam o ajuste/desajuste dos alunos de um Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do nordeste brasileiro aos mecanismos de reprodução do modo de produção capitalista. Como conclusão, destacam que tanto o ajuste ou o desajuste trazem aos estudantes forte tensionamento que os leva ao sofrimento psíquico. Isto é devido a forte pressão por resultados naquele ambiente escolar.

Convidamos a todos para compartilhar a leitura destes textos, pois os conservadorismos precisam ser compreendidos para serem combatidos, só assim podemos modificar o cenário atual em que nos encontramos!

#### **REFERÊNCIAS:**

CUEVA, Agustín. *Tempos conservadores*. São Paulo: Hucitec, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Ditos e escritos: estratégia – poder e saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2006. vol. 4.

NETTO, Leila Escorsim. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortes, 2013.

SEPULVEDA, Denize & SEPULVEDA, José Antonio. Conservadorismo, gêneros e sexualidades: temáticas que se entrelaçam nas pesquisas do GESDI e do GEPCEB. In: SEPULVEDA, Denize; AMARO, Ivan. *Gêneros, sexualidades e educação na ordem do dia*. Curitiba: CRV, 2018.